



Programa de DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
7º período: 60h/s
Aula: Teórica

EMENTA

Aspectos preliminares. Conflitos Interestaduais das leis. Conexão Internacional. O ordenamento jurídico estrangeiro no Brasil. As sentenças estrangeiras. Órgãos representativos dos Estados. Nacionalidade. O estrangeiro no Brasil.

OBJETIVOS

Compreender a importância e os fundamentos do direito internacional privado. Analisar a aplicação da legislação nacional ou estrangeira nas relações jurídicas de direito internacional privado. Identificar os aspectos da nacionalidade e as questões relativas ao estrangeiro no território nacional.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos jurídicos e jurisprudências. Realização de pesquisa jurídica. Estudo de casos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas escritas individuais ou provas escritas individuais e trabalho(s)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ASPECTOS PRELIMINARES DO DIRPRI

- 1.1 Conceito
- 1.2 Histórico
- 1.3 Finalidade
- 1.4 Objeto
- 1.5 Fontes
- 1.6 Extensão da jurisdição brasileira (LICC)

UNIDADE II – CONFLITOS INTERESTADUAIS DAS LEIS



- 2.1 O direito nas diversas ordens jurídicas
- 2.2 Taxionomia ou qualificação das leis
- 2.3 Princípios aplicáveis
- 2.4 O direito e o exercício da soberania

UNIDADE III – A CONEXÃO INTERNACIONAL

- 3.1 Elementos de conexão internacional
- 3.2 Elementos de conexão internacional no ordenamento nacional
- 3.3 Determinação da legislação aplicável
- 3.4 Reenvio

UNIDADE IV – O ORDENAMENTO JURÍDICO ESTRANGEIRO NO BRASIL

- 4.1 Incorporação do direito estrangeiro
- 4.2 Aplicação do direito estrangeiro
- 4.3 Limites à aplicação do direito estrangeiro

UNIDADE V – AS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

- 5.1 Homologação
- 5.2 Execução
- 5.3 Dos atos praticados no estrangeiro
- 5.4 A validade das manifestações de vontade realizadas no estrangeiro

UNIDADE VI – ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DOS ESTADOS

- 6.1 Chefia de Estado
- 6.2 Ministério das Relações Exteriores
- 6.3 Missões diplomáticas
- 6.4 Repartições consulares
- 6.5 Diferenças entre AD/MD e RC/FC

UNIDADE VII – NACIONALIDADE

- 7.1 Declaração universal dos Direitos do Homem
- 7.2 Nacionalidade originária
- 7.3 Nacionalidade adquirida
- 7.4 Nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro

UNIDADE VIII – O ESTRANGEIRO NO BRASIL

- 8.1 Condição jurídica
- 8.2 O Estatuto do Estrangeiro
- 8.3 Vistos de entrada
- 8.4 O sistema de passaporte
- 8.5 Expulsão
- 8.6 Deportação



8.7 Extradução

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANCATO, Ricardo Teixeira. *Instituições de Direito Público e de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2013.

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito internacional privado*. São Paulo: Saraiva, 2013.

STRENGER, Irineu. *Direito internacional privado: parte geral, direito civil internacional, direito comercial internacional*. São Paulo: LTr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado: arbitragem comercial internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BRASIL. *Coletânea de direito internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

COUTO, Estêvão Ferreira. *A relação entre o interno e o internacional: concepções cambiantes de soberania, doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Três desafios para um direito mundial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

GUERRA, Sidney. *Tratados e convenções internacionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. *Adoção-adoção internacional: doutrina e jurisprudência (de acordo com o novo código civil, lei 10.406/2002)*. São Paulo: Malheiros, 2003.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direitos humanos & cidadania: à luz do novo direito internacional*. Campinas: Minelli, 2002. 341.481 M478d/ 1-2002

PEREIRA, Luis Cezar Ramos. *Costume internacional: gênese do direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

REZEK, José Francisco. *O direito internacional no século XXI: textos fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 2002.



SILVA, Luiz Alberto de Souza e. *A doutrina no direito internacional privado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.